LEI Nº 3.568, DE 18 DE JULHO DE 2013

"Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Adamantina, para o quadriênio de 2014 a 2017 e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ADAMANTINA:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município de Adamantina, para o período de 2014 a 2017, em cumprimento ao disposto no Artigo 165, § 1º, da Constituição Federal, na forma dos anexos desta Lei.

Artigo 2º Os objetos e metas da Administração para o quadriênio 2014/2017 serão financiados com os recursos previstos no Anexo I desta Lei.

Artigo 3º O Plano Plurianual da Administração Pública do Município de Adamantina para o quadriênio de 2014 a 2017, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes e, para as relativas aos programas de duração continuada estará expresso nas seguintes planilhas:

I. **Anexo II** – Descrição dos Programas Governamentais/ Metas/Custos;
II. **Anexo III** – Unidades Executoras e Ações voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental;
III. **Anexo IV**- Estrutura de Órgãos, Unidades Orçamentárias e Executoras.

Artigo 4º Os valores constantes dos anexos que acompanham esta Lei, estão orçados a preços correntes, com projeção de inflação de 5% (cinco por cento) ao ano.

Artigo 5º A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas e ações serão propostas pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de Lei específico.

Artigo 6º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual, poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa as modificações consequentes.

Parágrafo Único - De acordo com o disposto no caput deste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias, para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Artigo 7º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Artigo 8º As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão extraídas dos anexos desta Lei.

Artigo 9º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual ou sem lei que autorize sua inclusão.

Artigo 10 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Adamantina, 18 de julho de 2013.

IVO FRANCISCO DO SANTOS JUNIOR
Prefeito do Município